

As políticas públicas do governo provincial mineiro: deputados, presidentes da província e os interesses regionais. (1870-1889)

1. Introdução.

A discussão sobre as relações entre as elites regionais e o poder central no processo de formação do Estado Nacional já é clássica na historiografia brasileira. Uma das interpretações consagradas é a de José Murilo de Carvalho.¹ O autor argumentou que, à época da Independência, existia uma elite política que teria sido treinada para as tarefas de administração, o governo e construção do novo Estado constituindo assim numa elite homogênea em termos de ideologia e treinamento, que transcendia suas origens sociais e regionais. Isso teria propiciado a submissão dos interesses dos grupos regionais aos interesses do governo central, ficando aqueles isolados nas suas províncias. O autor questionou a idéia de que a elite imperial teria sido uma mera representante do poder dos proprietários rurais e o Estado mero executor dos interesses dessa classe.

Já em trabalho mais recente, Ilmar Rolhoff de Mattos, numa perspectiva gramsciana, apontou a constituição de uma elite dirigente, a classe senhorial, a partir dos esforços de uma fração dos cafeicultores do vale do Paraíba que construiu um Estado capaz de fazer frente a uma série de tarefas para eles necessárias, entre elas a defesa do tráfico negreiro.² Ao desempenhar este papel, esta elite diferenciou-se da elite econômica por assumir um projeto civilizador pelo qual procuravam orientar seus pares sobre seus interesses. O que se tornou possível com a centralização do Estado a partir das reformas saquaremas da década de 1840.

Em outra vertente, para Miriam Dolhnikoff a unidade e a construção do Estado foram possíveis devido a um arranjo institucional resultado de embates e negociações entre as várias elites provinciais que deveriam integrar a nova nação.³ As elites provinciais constituíram-se também em elite política e o desejo de autonomia destas elites não era sinônimo de uma suposta miopia localista, mas estava acoplado a um projeto político que acomodava as reivindicações regionais em um arranjo nacional, de

¹ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

² MATOS, Ilmar Rolhoff de. **O tempo saquarema**. Rio de Janeiro: Acces, 1999.

³ DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**. São Paulo: Globo, 2005.

modo que a influência desses grupos provinciais no jogo político nacional era, sim, decisiva.

Para a autora, o arranjo de tipo federativo garantiu unidade e força suficientes ao centro para garantir a unidade e, ao mesmo tempo garantia o atendimento das demandas das elites provinciais, de autonomia e participação na formulação das políticas nacionais. Deste modo, coexistiam dois níveis autônomos de governo – provincial e central – com o centro assumindo a responsabilidade do governo nacional e as instâncias provinciais assumindo os assuntos locais, com a capacidade de interferir nas decisões do centro bem como formular políticas para a província. Ao invés de negar o papel das elites regionais, portanto, sua abordagem considerou o papel político das assembleias provinciais, mostrando que a formação do Estado nacional não teria sido obra única e simplesmente de uma elite nacional.

Não há uma ênfase deste debate na historiografia mineira, visto que foram poucos os trabalhos sobre a região que teve em vista o estudo das implicações sociais e políticas do fenômeno da diversificação econômica na província mineira do XIX.⁴ Apesar da exiguidade de trabalhos neste sentido, é clássica a interpretação feita por Francisco Iglesias em 1958.⁵ Iglesias analisou o impacto da política imperial na administração mineira. Segundo o historiador, a legislação imperial dava atribuições limitadas ao governo provincial e os recursos financeiros insuficientes obrigavam a administração a ter objetivos modestos. O império teria se descentralizado quanto ao aspecto político, com a criação das Assembleias Provinciais e a representação das províncias junto ao governo central, mas continuou a ser centralizado em seu aspecto

⁴ O século XIX mineiro fora visto, durante muito tempo, como um período de estagnação econômica com o esgotamento das minas. O revisionismo desta tese reavivou o interesse pelos estudos das diversas realidades regionais e, conseqüentemente, permitiu a visualização de Minas como uma província marcada pela diversidade regional e econômica. Entretanto, o interesse pelas questões sociais e políticas da província mineira ainda é escasso, tendo em vista o avanço no campo da história econômica. Ver: Sobre a tese da decadência: FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, Ed. Nacional, 1982; IGLESIAS, Francisco. **Trajétoria política do Brasil (1500-1964)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. Sobre o revisionismo: CARDOSO, Ciro. **Agricultura, Capitalismo e Escravidão**. Petrópolis: Vozes, 1979; GRAÇA FILHO, A. “O mosaico mineiro oitocentista: historiografia e diversidade regional.” In: **Tempos Gerais**. Nº. 3, Maio de 2001. p. 40-57; LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993; FRAGOSO, João. **Homens de Grossa Aventura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

⁵ IGLESIAS, Francisco. **Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835-1889)**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro (INL), 1958.

administrativo, com a continuidade da figura do presidente de província, escolhido pelo poder central.⁶

Depois da análise de Francisco Iglesias, feita na década de 1950, poucos trabalhos ressaltaram a política mineira do século XIX. O mais influente deles, talvez por tocar na cara questão do abastecimento, foi o estudo realizado por Alcir Lenharo.⁷ Este autor analisou as implicações sociopolíticas dos interesses ligados ao comércio de abastecimento da Corte e o seu papel no processo de centralização do poder político e administrativo. Mas, apesar de ressaltar o papel desta elite abastecedora na política imperial, Lenharo apontou que houve um enfraquecimento econômico e político deste setor abastecedor com uma participação menor devido ao apogeu da política centralizadora do Estado nacional em 1840.

O presente artigo reúne conclusões de minha dissertação de mestrado.⁸ A pesquisa permitiu vislumbrar uma disponibilidade de receita provincial a serem investidas em obras públicas como estradas e ferrovias, não obstante as polêmicas entre deputados e administradores sobre o estado financeiro da província. Isto significava a necessidade de tomada de decisão sobre que atividades seriam privilegiadas e quais seriam deixadas de lado, já que as receitas não eram de monta a permitir o investimento indiscriminado em toda a província. Presidentes e deputados provinciais apresentavam o que entendiam ser o mais correto mapeamento das regiões mineiras, com o objetivo de defender a prioridade deste ou daquele investimento. O meu objetivo foi o de verificar quais regiões e atividades econômicas foram privilegiadas pelo governo provincial e a hipótese que orientou a minha pesquisa foi a de que o governo provincial mineiro teve autonomia política, administrativa e financeira suficiente para estabelecer demandas para o desenvolvimento agrícola de alguns setores da economia mineira.

Em um estudo sobre a regionalização de Minas Gerais no século XIX, Alexandre Mendes Cunha afirmou ter havido notável mudança de centralidade na província, quando Ouro Preto perde “sua primazia incontestada” e outros circuitos passaram a fazer sua pujança: o café da zona da Mata e a complementaridade do

⁶ *Idem.* p. 22.

⁷ LENHARO, Alcir. *Op. Cit.*, 1993.

⁸ FREITAS, Ana Paula Ribeiro. *Diversidade Econômica e Interesses Regionais: as políticas públicas do governo provincial mineiro (1871-1889)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2009.

sudoeste e sul mineiros.⁹ Tendo em vista esta perspectiva, várias questões se colocam à pesquisa: de que modo estas mudanças de centralidades se fizeram sentir na política regional? Como compreender a diversidade econômica na paisagem do poder político mineiro no século XIX? A hipótese que investigo é a de que a elite econômica parece ter tido força suficiente para se fazer representar politicamente na Assembleia Legislativa Mineira, local privilegiado para se verificar o pensamento e a ação dos representantes de diversas regiões na formulação de políticas públicas visando à satisfação de interesses regionais.

No que se refere ao conceito de região adotado na pesquisa, cabe aqui salientar que estas divisões internas foram delimitadas a partir dos discursos dos presidentes e deputados provinciais. Neste ponto, concordo com Cláudia Viscardi, ao afirmar que as delimitações regionais internas em Minas são delimitações, sobretudo, simbólicas, pois “cada região enfocada possui uma identidade própria, historicamente construída, partilhada por seus habitantes e reconhecida além de suas fronteiras.”¹⁰ Nas fontes levantadas, há frequentes referências a setores da elite política oriundos desta ou daquela região, comprovando a idéia de que estas divisões internas faziam parte da identidade cotidiana nas relações intra-elitistas. Enfim, trabalhei com uma noção de região que não se reduziu aos limites administrativos do período estudado, mas levou em consideração as relações estabelecidas entre os diversos agentes sociais no interior da província, na construção de subdivisões como o “sertão norte mineiro”, “a Mata Mineira”, o “Sul de Minas” etc. Por fim, importa ressaltar que muitos dos espaços geográficos existentes no interior da província não aparecerão ao longo do trabalho, exatamente porque não foram considerados pelos agentes políticos aqui estudados. Não tiveram uma importância política e econômica no contexto dos embates e negociações das elites políticas mineiras do período em foco.

⁹ CUNHA, Alexandre Mendes. A diferenciação dos espaços econômicos e a conformação de especificidades regionais na elite política mineira às primeiras décadas do século XIX. In: István Jancsó. (Org.). **De um Império a Outro**: estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX (NO PRELO). São Paulo: Hucitec, 2007.

¹⁰ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites políticas em Minas Gerais na Primeira República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995. p. 39-56.

2. Atividades econômicas e interesses regionais.

A atividade mineradora.

A atividade de extração de ouro concentrou-se na zona denominada pelos historiadores como Central-Metalúrgica. E abrangia antigas cidades como Mariana, Ouro Preto, Caeté, Sabará, dentre outras. Já a atividade de extração do diamante, concentrou-se na região de Diamantina, no norte da província. Nos relatos dos administradores mineiros, a extração do ouro é uma atividade que parece incitar pouco interesse. Antônio Gonçalves Chaves,¹¹ por exemplo, destacou que não havia dados sobre o ouro que era extraído por fiscadores, aparecendo somente o ouro extraído por algumas companhias inglesas. Dez anos antes, em 1873, Venâncio José de Oliveira Lisboa¹² já qualificava a mineração aurífera como fracassada. Segundo o administrador, as companhias inglesas que operavam não conseguiam mais os resultados fabulosos alcançados do passado.¹³ Já em 1887, também o presidente Antônio Teixeira de Souza Magalhães¹⁴ afirmou que a mineração “em alguns lugares estava toda abandonada e em outros lugares decaía progressivamente”.¹⁵ Mesmo nos trechos referentes à mineração, há um princípio comum na postura dos presidentes quando o assunto era o desenvolvimento mineiro: a idéia de que a agricultura era a única atividade criadora de riqueza e que, por isso, toda política econômica deveria orientar seus investimentos para esta atividade.

O tema da mineração, de um modo geral e, especialmente da extração do ouro, quase não aparece nos debates da Assembléia Provincial e é irrisório o número de projetos de lei apresentados visando ao benefício desta região. Havia a idéia de que o solo da região era impróprio para a agricultura, devido ao desgaste provocado pela mineração, o que afastava qualquer esperança de futuro promissor para a economia da decadente zona mineradora. Assim como os administradores, os deputados estavam mais preocupados com o estado da agricultura desenvolvida na Mata mineira. Mesmo

¹¹ CHAVES, Antônio Gonçalves. **Fala de 1883**. p. 73.

¹² LISBOA, Venâncio José de Oliveira. **Relatório de 1873**. p. 20.

¹³ **Idem**. p. 20.

¹⁴ MAGALHÃES, Antônio Teixeira de Souza. **Relatório de 1887**. p. 23. Antônio Teixeira de Souza Magalhães era natural de Minas Gerais e foi vice-presidente da província em 1887. Fonte: Anais da Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais (1870-1889).

¹⁵ **Idem**. p. 23.

assim, foi possível apreender as vozes solitárias de alguns deputados que, nascidos naquela região, não se conformavam em ver o seu passado de fausto e glória transformar-se num presente de pobreza e abandono. Em sessão de 1884, o deputado Manoel Faustino Corrêa Brandão – morador de Mariana - apresentou um projeto que, se aprovado, garantiria juros para a fundação de uma fábrica de tecidos em Mariana.¹⁶ O deputado Cândido Cerqueira, representante da Zona da Mata, também defendeu o projeto. Também Diogo de Vasconcelos afirmou que Mariana experimentava as vicissitudes das cidades que se estabeleceram à custa da indústria extrativa:

“Esgotados os mananciais, a vida desfalece; e a riqueza vai pouco a pouco cedendo o passo à pobreza, até que se mude o trabalho e se transformem os processos de subsistência. (...) Quando vejo, Sr. Presidente, Mariana, Caeté, Itabira, S. José, S. Bárbara, Cocais e tantas outras povoações antigas, pouco a pouco apertadas pela solidão, despovoando-se, caindo aos pedaços, sinto n’alma uma funda e larga melancolia.”

Apesar de o projeto encontrar quem o defendesse, a maioria dos membros da Assembléia não via com bons olhos investir o dinheiro público em uma região pobre e de futuro duvidoso. Ainda mais, tendo em vista que já existia uma indústria manufatureira em desenvolvimento em várias regiões da província. Ao final a Assembléia acabou por não aprovar a fundação da fábrica de tecidos em Mariana.

Nos anais da Assembléia Provincial Mineira, o tema da mineração de ferro assumiu um interesse maior do que os atinentes à extração do ouro e do diamante no período estudado. O debate concentrou-se nos anos de 1878-1879 e 1880-1881 - 22ª e 23ª legislaturas - em projeto referente a um pedido de garantia de juros de João Monlevade para melhoramentos da fábrica de ferro situada em Santa Bárbara, no vale do Piracicaba. O debate demonstrou que existiam muitas localidades na região central que se dedicavam “de modo artesanal” a esta atividade. O projeto foi apresentado e assinado pelos deputados José Antônio Silveira Drumond, Teófilo Otoni e Martinho da Silva Contagem. Na sessão de 1879, estes deputados demonstraram que a extração de ferro vinha apresentando desenvolvimento considerável no decorrer dos anos, apesar dos métodos tradicionais utilizados nos processos de extração. Mesmo assim, o projeto encontrou resistência do deputado Costa Sena, que asseverou que a melhoria da técnica

¹⁶ AALPMG, **Sessão de 23 de Setembro de 1884**, p. 522-524.

de preparar o ferro exigia um capital avultado e dispendioso pessoal técnico e produziria tal quantidade de ferro que não seria possível exportar pelas vias de comunicação que a província possuía.¹⁷ E afirmou também que a maior parte das fábricas já existentes seria suplantada por essa empresa favorecida, que mais tarde sucumbiria à falta de exportação dos seus produtos.

Em resumo, deputados e presidentes de Minas concordavam entre si sobre a situação econômica desta região, a decadência da atividade de extração aurífera e a possibilidade de desenvolver a extração do ferro na região. Mesmo assim, não foi prioridade do governo investir na extração do ferro, de modo que apenas um projeto foi aprovado para esta atividade.

O norte/nordeste mineiro.

Entre os presidentes da província, Joaquim José de Santana¹⁸ foi um dos poucos a se preocupar com a região norte e seus problemas. A exceção é também a do administrador Antônio Gonçalves Chaves, que em 1883, ao falar sobre a manufatura e o cultivo de algodão, citou o Norte de Minas como região de produção considerável.¹⁹ Mas Chaves era oriundo de Montes Claros, na zona Norte. Já Santana considerou que o problema do escoamento da produção era crucial ao desenvolvimento dessa região e o principal empecilho ao progresso do norte de Minas.²⁰ Já a análise dos debates da Assembléia Provincial demonstrou que os representantes do norte mineiro não mediram esforços na tentativa de ver aprovados pelo menos alguns dos seus projetos para aquela região. Foram muitos os relatos de abandono por parte do poder público provincial, mas apesar destes relatos, era comum a estratégia de descrever as regiões em que havia relativa prosperidade ou em que alguma atividade econômica “estava estabelecida” ou em fase de “ensaio”. Esta estratégia visava convencer os demais deputados de que o investimento naquelas localidades poderia render alguns frutos.

Outros deputados, porém, apelavam mesmo para o argumento da miséria e pobreza e destacavam a fertilidade do solo em várias regiões, denotando que o investimento traria rendimentos para o governo provincial, embora num futuro ainda

¹⁷ AALPMG, **Sessão de 1º de Setembro de 1881**. p. 218.

¹⁸ SANT'ANNA. Joaquim José de (Cônego). **Relatório de 1879.**, 1879. p. 47-48.

¹⁹ CHAVES, Antônio Gonçalves. **Op. Cit.**, 1883. p. 82.

²⁰ **Ibidem**. p. 48.

longínquo. A análise da descrição do norte mineiro demonstrou que a região ensaiava algumas atividades econômicas, algumas decadentes, como a mineração de diamantes, outras florescentes, como a indústria manufatureira, e outras incipientes, como a atividade agrícola. Mas nenhuma podia ser nivelada com a das regiões ricas, de modo que estes deputados não pediam a mesma atenção dedicada à Zona da Mata. Pediam alguns investimentos que, por menores que fossem, já trariam algum benefício àquela região tão vasta e tão pouco atendida pelo governo provincial.

O destaque na apresentação e aprovação de projetos, ou na justificativa de construção de uma primeira ferrovia para o norte/nordeste foi dedicado a um futuro desenvolvimento da agricultura, além de constantes referências a certo progresso da atividade manufatureira e ao cultivo do algodão em várias regiões do norte. As informações destacadas nos relatórios presidenciais que tratam da manufatura mostram que esta atividade não se concentrou numa região. Embora estivesse presente em várias regiões mineiras, o norte de Minas é sempre lembrado como uma região de importante produção algodoeira e manufatureira. Os presidentes a consideravam um dos ramos de riqueza mais importantes nas regiões em que foi implantada. Os relatórios e falas demonstraram que as indústrias de tecidos teriam crescido em diversos municípios, sendo importantes em várias partes de Minas. Mesmo assim, apenas alguns administradores se dedicaram ao tema e descreveram um quadro positivo.

Foi o caso de Joaquim Floriano de Godoy,²¹ em 1873, que comentou a prosperidade da indústria de tecidos de algodão e lã na província de Minas. Dez anos mais tarde, Antônio Gonçalves Chaves²² também afirmou que a indústria manufatureira teria obtido resultados brilhantes, pois já havia nove fábricas em Minas. Nas falas de 1883,²³ 1884²⁴ e 1886,²⁵ os presidentes comentaram o progresso das doze fábricas em Sete Lagoas, Curvelo, Itabira, Sabará, Diamantina, Pitangui, Juiz de Fora, Uberaba, Viçosa e Montes Claros.

²¹ GODOY, Joaquim Floriano de. **Op. Cit.**, 1873. p. 18.

²² CHAVES, Antônio Gonçalves. **Op. Cit.**, 1883. p. 40.

²³ CHAVES, Antônio Gonçalves. **Op. Cit.**, 1883. p. 40.

²⁴ CHAVES, Antônio Gonçalves. **Op. Cit.**, 1884. p. 72.

²⁵ PORTELLA, Manoel do Nascimento Machado. **Op. Cit.**, 1886. p. 102-104. Manoel do Nascimento Machado Portella era pernambucano e foi presidente da província de Minas Gerais (posse em 19 de outubro e 1885) e da Bahia (posse em 27 de março de 1888). Fonte: BARÃO DE JAVARI. **Op. Cit.**, 1979. p. 443 e p. 447.

Entre os deputados, em 1877, os representantes do norte mineiro advogaram um projeto para a fundação de uma fábrica de tecidos em Montes Claros. Mas o projeto encontrou oposição até mesmo entre deputados daquela região. Em Sessão de 1877,²⁶ o deputado Afonso Pena criticou o fato de a Assembléia conceder favores e privilégios para montar uma fábrica de tecidos em um ponto determinado da província, quando era certo que nela já funcionavam muitas fábricas do gênero, que apresentavam “os mais risonhos resultados” sem que tivessem precisado de favores ou privilégios do governo. Mas mesmo encontrando alguma oposição, o projeto foi aprovado, transformado em lei e a fábrica foi construída.

Dos administradores, Antônio Gonçalves Chaves²⁷ foi quem se mostrou mais interessado no progresso desta atividade. Segundo ele, a indústria manufatureira já constituía um dos ramos mais importantes da cultura desses municípios e apontou que o algodão não tardaria a ser importante produto de exportação.²⁸ Uma das explicações deste notável interesse do presidente²⁹ em desenvolver a atividade seria o seu envolvimento com uma fábrica de tecidos na cidade de Montes Claros, no norte de Minas, cidade onde nasceu. Em fevereiro de 1883, mesmo ano em que o presidente defendeu, em relatório, a atividade manufatureira em Minas, o jornal *Liberal Mineiro* noticiou a posse do administrador e comentou que “graças aos seus esforços”, foi organizada uma sociedade industrial anônima, “da qual ele foi o presidente”, para a instalação de uma importante fábrica de fiação e tecidos.

Apesar da presença de políticos do norte mineiro no cargo de presidente da província, o historiador César Henrique de Queiroz Porto asseverou que não foi fácil a tarefa empreendida por estes políticos na aprovação de recursos para investir numa vasta zona, que seus próprios representantes descreviam como caracterizada por alguns vestígios de atividade econômica, porém com muitos territórios despovoados. A análise dos anais permitiu perceber a preocupação de alguns deputados para com essa região. Suas queixas frequentes ao longo do período estudado também eram indícios de que os projetos para a resolução dos problemas dessa região não eram efetivamente colocados

²⁶ AALPGM, *Sessão de 13 de Setembro de 1877*, p.167.

²⁷ CHAVES, Antônio Gonçalves. *Op. Cit.* 1883. p. 40.

²⁸ *Idem.* p. 82.

²⁹ 27.02.1883 n. 19 O novo presidente de Minas. Editorial p. 1. *Liberal Mineiro*, Ouro Preto – MG.

em prática. À guisa de exemplo, em sessão de 1873,³⁰ o deputado Luís Gomes Ribeiro afirmou que a estrada que ligava Serro à Diamantina havia sido feita há vinte e cinco anos e nunca mais o governo a consertou. Entretanto, outras regiões conseguiam aprovar leis autorizando novas estradas, “estradas em duplicatas”, “pontes e pontilhões de mero luxo”.³¹ O deputado asseverou que Serro e Diamantina mereciam mais atenção dos poderes públicos, já que:

“A Diamantina produz rendas, não pequenas, para a província e o Serro é um centro importante da lavoura. (...) Não venho pedir novas estradas de rodagem, ou trilho de ferro. Peço somente, e como obra de caridade, o melhoramento e consertos daquela que foi feita há 25 anos.”³²

Em sessão de 1878, há exemplo interessante do privilégio dedicado a umas regiões em detrimento de outras. É encontrado na fala do deputado Martinho Silva Contagem, morador de Pitangui, sobre a construção de uma ponte no rio Pomba na Mata mineira:

“Não quer isto dizer que eu tenha má vontade para este ou aquele lugar, antes pelo contrário, sou inclinado a atender mais para aqueles pontos que contribuem com maiores quantias. Assim, a zona da mata em que se cultivava o café e que é para bem dizer o melhor manancial das rendas da província (apoiados), precisa ser muito atendida na satisfação de suas necessidades. Mas sem embargo desta consideração, precisamos proceder com muita cautela, e esta cautela consiste em que a garantia de juros seja limitada ao algarismo da quantia destinada para a construção da obra.”³³

Enquanto alguns deputados reclamavam que os benefícios nem chegavam ao Norte, na Mata a preocupação era a de não exceder aos gastos limitados em suas respectivas leis. Ressalto ainda que este deputado representava o norte de Minas e isso não o impediu de confirmar a importância da atenção a ser dedicada à Mata mineira. No entanto, o deputado alertou para a necessidade de fiscalizar os gastos com grandes obras. Era preciso indagar se essas obras eram indispensáveis no lugar a que se destinavam:

³⁰ AALPMG, **Sessão de 13 de Outubro de 1873**. p. 168.

³¹ **Ibidem**. p. 168.

³² **Ibidem**. p. 168.

³³ AALPMG, **Sessão de 9 de Outubro de 1878**. p. 289.

“(…) por aí tenho visto pontes, aliás, magníficas sobre pequenos regatos que não chegariam a cobrir os saltos de minhas botas e, entretanto, lá pelo centro, onde precisamos transpor grandes distâncias para chegar de um povoado a outro, é preciso arriscar a vida muitas vezes.”³⁴

O deputado concluiu que a solução para isso, a “verdadeira teoria do desenvolvimento mineiro” seria “distribuírem-se as rendas deste todo, que se chama província de Minas, em razão das necessidades, que em cada lugar sejam sentidas e experimentadas”,³⁵ ao invés de concentrar suas forças apenas em lugares com boa arrecadação de rendas e onde as necessidades já não eram tantas: “E dever-se-á distribuir largamente com o rico aquilo que já pode ser supérfluo, faltando o necessário ao pobre?”³⁶ Enfim, o argumento veemente desses representantes da região Norte mineira era o de que onde se experimentavam necessidades de toda a ordem, era exatamente onde não havia uma boa arrecadação para o fisco. E se não havia uma boa arrecadação era porque ali não se podia produzir em pé de igualdade com o outros pontos. Em sessão de 1881, o deputado Ernesto Pio dos Mares Guia afirmou:³⁷

“O sul é um sorvedouro dos nossos cofres (apoiados e não apoiados). É um abismo insondável que tem consumido as rendas da província (apoiados e não apoiados). (...) o norte não tem sido consultado na sua viação, no desenvolvimento de sua riqueza.”³⁸

O sudeste e sul de Minas.

Foi notável o interesse de políticos sul-mineiros em se separar da província de Minas.³⁹ Em sessão de 1873, o deputado José Pedro Xavier da Veiga apresentou projeto, argumentando que a principal aspiração sul-mineira era a criação de um centro administrativo próprio para a sua região.⁴⁰ O principal motivo deste interesse em transformar sua região em uma província era o de impedir que as rendas provenientes da

³⁴ **Idem.** p. 289.

³⁵ **Ibidem.** p. 289.

³⁶ **Ibidem.** p. 289.

³⁷ **Idem.** p. 149.

³⁸ **Ibidem.** p. 150.

³⁹ Deputados provinciais do Partido Conservador de Campanha teriam se engajado em várias tentativas, ao longo da segunda metade do século XIX, de aprovação de uma lei que criaria uma província sul-mineira.

⁴⁰ AALPMG, **Sessão de 29 de Setembro de 1873**, p. 30-31.

economia daquela zona fossem investidas em obras públicas de outras localidades. A região vinha adquirindo certo prestígio econômico e seus representantes estavam insatisfeitos politicamente. Alegavam que não era justo pagar pesados impostos para investir em outras regiões:

“A idéia da provincialização do sul de Minas, constituindo-se outra ao Sul, tem sido apresentados no seio da representação nacional por membros de todos os partidos e domínio de todas as políticas. Isto dá a medida da popularidade da idéia e mostra que não é um partido, mas a opinião geral dos povos que se inclina à adoção desta medida, a única salvadora para aquelas regiões desalentadas por *uma comunhão que lhes pesa fatalmente*. (...) Não é justo que se obrigue a permanecer em uma comunhão aqueles, que dela fazem parte, *só para alimentar com o suor do seu trabalho os seus consórcios, não tirando dessa mesma comunhão vantagens equivalentes a seus sacrifícios*.” (Grifos meus).⁴¹

Em 1884, Vilhena Valladão apresentou novamente projeto de criação da província de Minas do Sul. A idéia de provincialização sul-mineira reapareceu já no fim do Império. Desta vez, em projeto apresentado à Câmara Geral dos Deputados por um paulista, o senador Joaquim Floriano de Godoy que havia sido presidente de Minas. A idéia integrava interesses daquela região com parte do território da província de São Paulo, com vistas a anexar parte do território à província de São Paulo com o nome de Província do Rio Sapucaí.⁴² Nenhuma destas propostas vingou, mas os argumentos utilizados por seus defensores servem para ilustrar a insatisfação dos representantes daquela parte de Minas com o fato de que os impostos arrecadados na região não eram devidamente compensados com a construção de ferrovias, como ocorria na Mata. Mesmo assim, o desenvolvimento econômico dessa região proporcionou o aumento do prestígio político, fato que se faz notar a partir de uma maior participação política de seus representantes na Assembléia Provincial. Mas estes representantes mostravam-se ainda insatisfeitos com os investimentos na região e, por isso, queriam autonomia pra gerir suas próprias rendas. Daí a idéia de criar um centro administrativo próprio para o sul, por meio da transferência do poder regional para a cidade de Campanha, que seria a capital da nova província.

⁴¹ **Ibidem**. p. 30-31.

⁴² GODOY, Joaquim Floriano de. **Projeto de Lei para Criação da Província do Rio Sapucaí**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1888. 261 p.

Além desta insatisfação, em alguns momentos dos debates, é possível verificar a existência de uma rivalidade entre alguns deputados do Sul de Minas como o capitão João Batista Pinto, por exemplo, e deputados da região da Comarca do Rio das Mortes ou Sudeste de Minas, como Salathiel de Andrade Braga. A rivalidade apresentava-se na ocasião da aprovação de projetos de estradas para essas localidades.⁴³ A análise dos anais da Assembléia demonstrou também que poucas vezes a região sudeste ou a Comarca do Rio das Mortes foram citadas, ou projetos referentes foram discutidos. Já em relação ao Sul, a demanda foi bem maior.⁴⁴ Em 1873, o deputado João Batista Pinto pediu que não houvesse rivalidade na votação de projetos para o Sul de Minas, pois quando fossem tratados projetos de estradas para o norte, os deputados daquela região podiam contar com seu apoio.⁴⁵

Apesar do cuidado com que muitos deputados se referem às outras regiões, não é possível negar a existência de determinadas rivalidades na aprovação de projetos referentes à construção de estradas. Pelo contrário, os recursos disponíveis para os tão falados melhoramentos materiais eram poucos, embora existentes. Isto acirrava a disputa entre os representantes das diversas regiões pelo seu quinhão e o favorecimento de suas localidades. Ao mesmo tempo, o contrário também ocorria. Deputados de regiões diferentes costumavam aprovar projetos de colegas que estavam dispostos a aprovar também os seus. É o que se percebe nas ocasiões em que os deputados argumentavam que todos os projetos tendentes a beneficiar regiões férteis da província deveriam ser aprovados.⁴⁶

Na década de 1870, inúmeros projetos de consertos e construção de vias de comunicação importantes para o Sul mineiro, como a Estrada do Picú, a Estrada de Itajubá e Estrada do Passa Vinte, foram aprovados, beneficiando aquela região. Mesmo assim, seus representantes mostravam-se descontentes por ainda não haverem sido beneficiados com ferrovias, como acontecia na Zona da Mata. O descontentamento destes deputados sul-mineiros intensificou na década de 1880, quando da discussão da revogação e não aprovação de novas concessões de ferrovias. A elite sul-mineira viu-se

⁴³ AALPMG, **Sessão de 1873**. p. 10.

⁴⁴ **Idem**. p. 125.

⁴⁵ **Ibidem**. p. 125.

⁴⁶ **Ibidem**. p. 116.

prejudicada com aquele projeto de lei, pois enxergava aquele como o melhor momento para aprovar as concessões de ferrovias para o sul, visto que a Mata já se achava ricamente servida pelo grande número de ferrovias concedidas na década de 1870.

A zona da Mata mineira.

A Zona da Mata mineira não era só hegemônica economicamente, mas seus representantes impunham diretrizes na formulação de uma política econômica provincial. Os interesses das elites desta que era a região mais rica de Minas Gerais, transparecia não só no ato da apresentação de projetos de lei visando a beneficiar os setores cafeeiros, como também na aprovação destes. Os deputados da Mata defendiam a construção de estradas naquela zona de modo a viabilizar o escoamento do café das diferentes localidades para a Corte. O deputado Nominato José de Souza Lima, morador de Leopoldina, na Zona da Mata, ao se referir à construção da ferrovia de São João Nepomuceno ao Chiador, afirmou que tanto o município de Mar de Espanha como o de São João Nepomuceno cultivavam o café em grande escala.⁴⁷ O deputado afiançou que esta ferrovia poderia exportar a produção de São João Nepomuceno e Mar de Espanha, “cuja produção é abundantíssima”,⁴⁸ sem citar o aumento da produção que desenvolveria com a construção da linha férrea, além de servir a outros municípios próximos e não menos importantes como parte do Pomba e Rio Novo. E afirmou ainda:

“No ano passado, ano de pequena produção, ao Porto Novo do Cunha concorreu tal abundância de café, que as tropas chegavam à estação e tinham de pernoitar nas imediações dela, onde só no dia seguinte encontravam espaço para suas cargas, e pessoal disponível que as despachasse. Os armazéns continuamente estavam completamente cheios.”⁴⁹

Em resumo, já no início da década de 1870, muitos projetos de melhoria na infra-estrutura de estradas da Zona da Mata foram apresentados pelos representantes da região, como Manoel Gomes Tolentino, Inácio Antônio de Assis Martins, Caetano Augusto da Gama Cerqueira, Nominato José de Souza Lima e Antônio Álvares de Abreu e Silva Júnior. Mas não foram apenas os deputados eleitos pela Zona da Mata que advogaram projetos para a região. Na década de 1870, deputados do Sul de Minas,

⁴⁷ AALPMG. **Sessão de 18 de Junho de 1872.** p. 224.

⁴⁸ **Idem.** p. 224.

⁴⁹ **Ibidem.** p. 224.

por exemplo, defenderam investimentos na região, provavelmente contando que, com o atendimento das demandas da Mata, a segunda zona a ser beneficiada seria o Sul, já que era também uma região próspera e a segunda mais rica, em termos de arrecadação provincial. Em sessão de 1873,⁵⁰ por exemplo, o deputado João Batista Pinto afirmou que, entre as estradas projetadas, a mais importante delas era a ferrovia de Juiz de Fora à Ponte Nova. Também José Pereira dos Santos e Lucas Monteiro de Castro, ambos do Sul de Minas, afirmaram seu apoio à melhoria das estradas e pontes na Zona da Mata.

Enfim, não era raro encontrar posições semelhantes. Também na análise dos relatórios e falas presidenciais nota-se a preocupação dos administradores com o desenvolvimento da cafeicultura na Zona da Mata. Antônio Gonçalves Chaves⁵¹ afirmou que a agricultura na província dividia-se em duas zonas distintas: a “região da mata” que praticava a grande cultura e a “região dos campos”, que praticava a indústria pastoril e a cultura de cereais. Referindo-se à Mata, o presidente afirmou que esta era a região mais importante de Minas, pois sua produção agrícola que concorria nos grandes mercados. Sobre a “região dos Campos”, argumentou que a agricultura não teria passado do “período doméstico”, produzindo quase exclusivamente para o consumo, apesar do notável crescimento na produção de algodão em cidades da região Norte.⁵²

A discussão sobre o traçado de ferrovias é particularmente um dos momentos em que mais se discutiu o benefício da agricultura de exportação, exatamente pelo fato da malha ferroviária ter sido a espinha dorsal da economia exportadora, pela necessidade de escoamento dos produtos agrícolas. Outra questão bastante comum nos relatórios e falas foi a da crítica ao “sistema rotineiro” que era aplicado na agricultura, fator que emperrava o aumento da produção.⁵³ Os presidentes eram unânimes na defesa da criação de escolas agrícolas que possibilitassem a divulgação de conhecimentos de prática agrícola. A estratégia de criação de escolas agrícolas gerou uma série de discussões centradas especialmente no debate sobre o tipo de ensino a ser ministrado nas escolas agrícolas e o local onde tais escolas deveriam ser implantadas. Referindo-se à Zona da

⁵⁰ AALPMG, **Sessão de 6 de Outubro de 1873**. p. 101.

⁵¹ CHAVES, Antônio Gonçalves. **Op. Cit.**, 1884. p. 72-82.

⁵² **Idem**. p. 82.

⁵³ **Ibidem**. p. 82.

Mata como a “região mais importante de Minas”,⁵⁴ o presidente Joaquim José de Santana citou também como um problema fundamental a se resolver: o da criação de escolas agrícolas nessa região.⁵⁵ O presidente considerou essencial o debate sobre a criação de escolas agrícolas, já que a região de produção agro exportadora – Zona da Mata – não precisava mais se preocupar com vias férreas para o escoamento da produção, mas carecia de métodos mais modernos de produção.⁵⁶

Outro presidente, João Florentino Meira de Vasconcelos,⁵⁷ deu exemplos do tipo de agricultura privilegiada nos relatórios e falas ao condenar a criação de uma escola agrícola na região de Ouro Preto. Para este administrador, as condições do solo da região eram pouco propícias ao desenvolvimento da cultura agrícola, sendo a maior parte dele propícia à horticultura. Na opinião do presidente, uma escola agrícola em Minas Gerais deveria ser instalada nos lugares em que as terras fossem utilizadas no plantio do café e da cana, que eram as suas culturas mais importantes, estimulando o aumento da produção. Entre os presidentes, o discurso predominante sobre a questão da criação de escolas agrícolas evidenciava a defesa de uma solução para os problemas da agricultura de exportação que vivia um momento de crise com a iminência do fim do trabalho escravo.

3. Considerações Finais.

Em síntese, a análise dos debates das fontes permitiu concluir que a elite econômica teve força suficiente para se fazer representar politicamente na Assembleia Legislativa Mineira. Embora os recursos não fossem infundáveis e talvez não tão amplos a ponto de atenderem a todas as demandas, o governo provincial foi capaz de garantir a expansão ferroviária. As medidas implementadas podem não ter atendido objetivos mais ambiciosos, mas foram capazes de modernizar as formas de transporte da província com a implementação de ferrovias. Mas havia a necessidade de estabelecer a prioridade das regiões e, neste aspecto a Zona da Mata saiu favorecida devido à força de sua produção cafeeira.

⁵⁴ SANT’ANNA. Joaquim José de (Cônego). **Op. Cit.**, 1879. p. 47.

⁵⁵ **Idem.** p. 47.

⁵⁶ **Ibidem.** p.47.

⁵⁷ VASCONCELLOS, João Florentino Meira de. **Op. Cit.**, 1881. p. 49.

Apesar de defender interesses afinados com a política do governo central, os presidentes de província precisavam estabelecer boas relações com boa parte dos membros da Assembléia Provincial, pois seu âmbito de ação era limitado, visto que era a Assembléia quem decidia e votava os projetos e as leis orçamentárias. A força política dos representantes da Mata mineira predominou e, se um outro representante do Sul ou do Norte reclamava da concentração de ferrovias naquela região, a maioria dos representantes de outras zonas votava constantemente a favor destas concessões, sobre as promessas de que, num futuro melhor, suas aspirações também seriam atendidas.

Não obstante estes conflitos, em muitos momentos, os deputados da maioria conseguiam formar uma coalizão que sintetizava a idéia de que as regiões que mais lucros rendiam para os cofres públicos devia ser a mais beneficiada. Os deputados pautavam sua atuação legislativa pelas demandas da localidade que os havia eleito e onde, em geral, desenvolviam suas atividades econômicas. Ao mesmo tempo, contudo, havia a imposição de se considerar uma política econômica que favorecesse a arrecadação de tributos de modo a viabilizar a atuação do governo, inclusive as despesas consignadas pelos próprios deputados nos orçamentos. Este segundo ponto favorecia o investimento na Zona da Mata, apesar dos protestos de deputados provenientes de outras localidades.

Bibliografia Citada.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial.** 2ª ed. Revista. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Relume-Dumará, 1996.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo.** Petrópolis: Vozes, 1882.

CUNHA, Alexandre Mendes. A diferenciação dos espaços econômicos e a conformação de especificidades regionais na elite política mineira às primeiras décadas do século XIX. In: István Jancsó. (Org.). **De um Império a Outro: estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX (NO PRELO).** São Paulo: Hucitec, 2007.

CARDOSO, Ciro. **Agricultura, Capitalismo e Escravidão.** Petrópolis: Vozes, 1979.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial.** São Paulo: Globo, 2005.

FRAGOSO, João. **Homens de Grossa Aventura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FREITAS, Ana Paula Ribeiro. **Diversidade Econômica e Interesses Regionais: as políticas públicas do governo provincial mineiro (1871-1889).** São Paulo: FFLCH/USP, 2009.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, Ed. Nacional, 1982.

GRAÇA FILHO, A. “O mosaico mineiro oitocentista: historiografia e diversidade regional.” In: **Tempos Gerais**. Nº. 3, Maio de 2001. p. 40-57.

IGLESIAS, Francisco. **Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835-1889)**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro (INL), 1958.

LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

MATOS, Ilmar Rolhoff de. **O tempo saquarema**. Rio de Janeiro: Acces, 1999.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites políticas em Minas Gerais na Primeira República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995. p. 39-56.